LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA VISÃO DA INDÚSTRIA

DAVI BOMTEMPO

GERENTE EXECUTIVO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DA CNI



ROTEIRO

- ► O QUE É O LA
- ► REFERÊNCIA INTERNACIONAL | G7
- ► O QUE A INDÚSTRIA DEFENDE
- ► PL 2159/21 (antigo PL 3729/04)





POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Instrumentos de gestão

Avaliação de impactos ambientais

Zoneamento Ecológico Econômico

Licenciamento ambiental

Instrumentos Econômicos **PNMA**

Lei 6938/81

Unidades de Conservação

Cadastro Técnico Federal

Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente ... demais previsões art. 9°



ENTENDA O LICENCIAMENTO

O QUE É

Procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades

QUEM PRECISA FAZER

- Atividades que utilizam recursos ambientais e podem ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras
- Atividades que podem causar degradação ambiental



ENTENDA O LICENCIAMENTO

QUEM LICENCIA

União, estados/DF e municípios (LC 140/11) A maior parte é concedida por órgãos estaduais

CONSULTA CNI

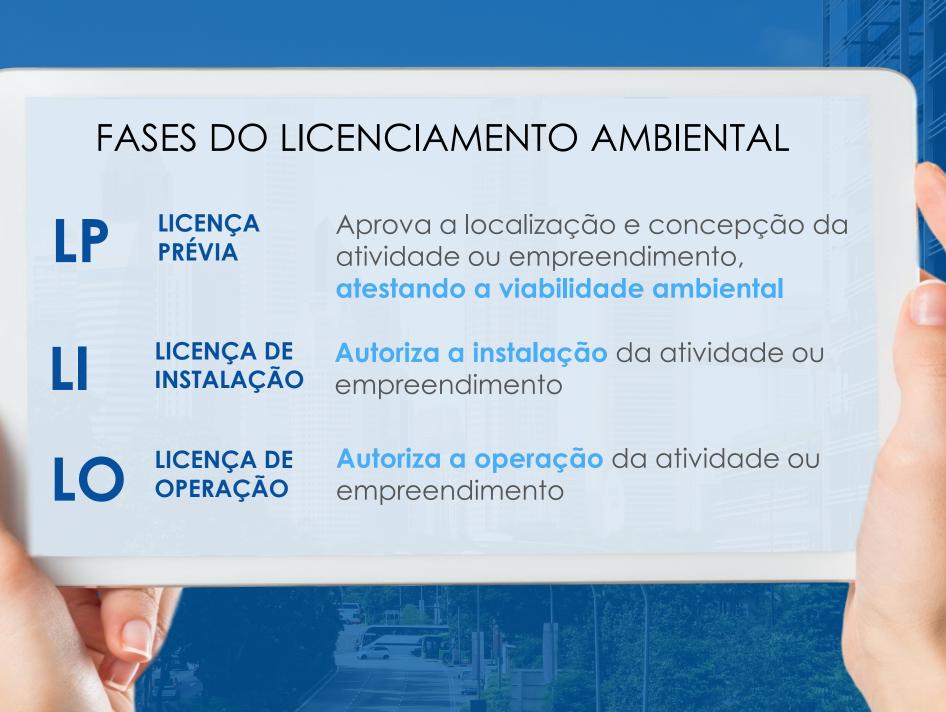
2019 | 583 industriais consultados

72 % ÓRGÃO ESTADUAL

17,6 % ÓRGÃO MUNICIPAL

7,5 % ÓRGÃO FEDERAL

3 % NÃO SOUBE INFORMAR



PRINCIPAIS GARGALOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- ► EXCESSO DE PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS E SUPERPOSIÇÃO DE COMPETÊNCIAS
- COMPLEXIDADE REGULATÓRIA
- ► INSEGURANÇA JURÍDICA
- ► FALTA DE CLAREZA DE PROCEDIMENTOS E ATUAÇÃO DISCRICIONÁRIA
- CONDICIONANTES FORA DO ESCOPO





O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOS PAÍSES DO G7

ALEMANHA
CANADÁ
ESTADOS UNIDOS
FRANÇA
ITÁLIA
JAPÃO
REINO UNIDO

RESULTADOS ESTUDO G7



LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO

G7: A mesma licença é usada desde a concepção até a operação do empreendimento

BRASIL: São necessárias 3 licenças (sistema trifásico): LP, LI e LO

VALIDADE DA LICENÇA

G7: A validade da licença é indeterminada

BRASIL: A licença tem prazo de validade e deve ser renovada

RENOVAÇÃO DA LICENÇA

G7: Renovação necessária somente se alterem as condições iniciais do empreendimento ou legislação

BRASIL: Necessária após o vencimento e/ou para alteração de processos, ampliação, entre outros

RESULTADOS ESTUDO G7



BANCO DE DADOS

G7: Aproveitam informações já disponibilizadas, inclusive de estudos realizados em outros processos

BRASIL: Falta base de dados que facilite o aproveitamento das informações já produzidas

DESCENTRALIZAÇÃO

G7: O licenciamento é cada vez mais realizado nos níveis regional (estadual) e local (municipal), liberando a esfera nacional para concentrar esforços na definição de políticas e normas

BRASIL: A LC 140/11 define a competência dos estados e municípios no licenciamento ambiental



O SETOR EMPRESARIAL É A FAVOR DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CONSULTA CNI

2019 | 583 industriais consultados

95,4%

consideram o LA
Importante para a
conservação do
meio ambiente

84 %

LA ajuda na melhoria da qualidade da gestão ambiental do seu empreendimento **65,5**[%]

considera que o LA **NÃO** é apenas mais uma forma de **arrecadação de tributos** pelo Estado



O QUE A INDÚSTRIA DEFENDE

- Desburocratizar o licenciamento de empreendimentos e atividades considerados de baixo impacto ambiental | DESBUROCRATIZAÇÃO
- Definir modalidades diferenciadas de licenciamento que sejam aplicáveis às diversas classificações dos empreendimentos e das atividades | APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO
- ▶ Padronizar e estabelecer critérios de qualidade para termos de referência e estudos ambientais | PADRONIZAÇÃO E PREVISIBILIDADE



- Garantir a autonomia do órgão licenciador como condutor do processo de licenciamento | FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
- ▶ As condicionantes devem guardar relação com os impactos gerados pelos empreendimentos | NEXO CAUSAL
- ▶ Disciplinar a atuação dos órgãos envolvidos (Funai, Iphan, Fundação Palmares, ICMBio, etc), definindo, de forma clara, limites e prerrogativas de sua manifestação e o cumprimento dos prazos legalmente definidos | COMPETÊNCIAS CLARAS
- ▶ Melhorar a estrutura dos órgãos ambientais e intervenientes | FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



- Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental, vinculando-o ao objetivo de conservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações
- Atualiza e introduz novos conceitos como, por exemplo, tipologia, natureza, porte e potencial poluidor da atividade ou empreendimento (art. 3°, incisos XXXII a XXXV)



- Participação pública | Cria 3 novas modalidades: consulta pública, reunião participativa e tomada de subsídios técnicos (art. 3°, incisos VI a VIII)
- ▶ Banco de dados | Torna obrigatória a inclusão do conteúdo do EIA e dos demais estudos e informações no Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - Sinima (art. 31)







- Licenciamento simplificado | Incorpora novas modalidades: bifásica; fase única (LAU); por adesão e compromisso (LAC) e operação corretiva (LOC) (art. 17, incisos II e III)
- ► Validade das licenças | Amplia a LAU, a LO, a LI/LO e a LOC para até10 anos (art. 6°, inciso III)







► LAC | Está condicionada ao atendimento de 3 exigências cumulativamente (art. 21)

atividade/empreendimento não seja potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente



sejam conhecidos: características da região, condições de instalação e operação; impactos ambientais; e medidas de controle ambiental



não ocorra supressão de vegetação nativa



- ▶ Dispensa de licenciamento | Aumenta e define melhor as hipóteses de dispensa de licenciamento ambiental, especialmente aquelas de interesse público como obras e intervenções emergenciais de resposta a colapso de obras de infraestrutura, acidentes ou desastres, ou para prevenir tais eventos (art. 8°)
- ► O PL apenas cria a possibilidade de dispensa. O órgão licenciador segue sendo o responsável por definir quem pode ser dispensado (art.17, §1°)



Condicionantes | Aquelas estabelecidas em virtude da não possibilidade de prevenir, minimizar ou compensar os impactos ambientais negativos da atividade/empreendimento e não poderão obrigar o empreendedor a manter ou operar serviços de responsabilidade do poder público (art. 13, caput e §§1° e 2°)



▶ Poder decisório | Compete ao órgão licenciador o poder decisório sobre o licenciamento ambiental, uma vez que possui o corpo técnico adequado para mensurar as características do empreendimento, seus impactos e, portanto, capacidade para decidir sobre sua viabilidade ambiental (art. 17, §1°)



COMPETÊNCIAS CLARAS



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



► Manifestação das autoridades envolvidas | Aperfeiçoa a tramitação perante as autoridades envolvidas – não vinculação e possibilidade da autoridade licenciadora levá-la em consideração, na fase em que estiver o processo (art. 40)



- ▶ Boas práticas | Caso o empreendedor adote novas tecnologias, programas voluntários de gestão ambiental ou outras medidas que contribuam para o alcance de resultados mais rigorosos aos exigidos pela legislação, novas condições podem ser estabelecidas (art. 14)
- Prazos de análise | Define novos prazos para emissão da licença (art. 43)







GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE www.cni.com.br/industriasustentavel gemas@cni.com.br